

MECANISMOS DE MUDANÇA SEMÂNTICA: COMPOSICIONALIDADE, REANÁLISE E PRAGMÁTICA

MECHANISMS OF SEMANTIC CHANGE: COMPOSITIONALITY, REANALYSIS AND PRAGMATICS

Renato Miguel Basso
Universidade Federal de São Carlos

RESUMO

Neste artigo, apresentamos uma teoria de mudança semântica baseada em alguns princípios fundamentais da semântica e da pragmática formais das línguas naturais, aliadas a conceitos advindos da teoria da gramaticalização. Na Introdução, apresentamos a problemática principal que analisaremos e expomos a estrutura do presente texto. A seção 1 traz os conceitos de composicionalidade e de reanálise estrutural que, combinados com o princípio pragmático exposta na seção 2, serão mobilizadas para explicar os fenômenos analisados na seção 3. A seção 4 traz alguns casos que podem ser alvo da teoria aqui exposta e a Conclusão retoma o caminho percorrido e lida com o problema da gradualidade da mudança.

Palavras-Chave: semântica, pragmática, mudança semântica, gramaticalização, linguística histórica

ABSTRACT

In this paper, we present a theory of semantic change based on some fundamental principles of formal semantics and formal pragmatics of natural languages, combined with concepts coming from the theory of grammaticalization. In the introduction, we present the main issues that will be analyzed here and expose the structure of this text. The first section presents the concepts of compositional and structural reanalysis which, combined with the pragmatic principle set out in section 2, will be used to explain the phenomena analyzed in section 3. Section 4 presents some cases that may be the target of the theory outlined here and in the conclusion we retrace the path of this text and deal with the problem of the graduality of change.

Keywords: semantics, pragmatics, semantic change, grammaticalization; historical linguistics

INTRODUÇÃO

A mudança linguística, algo inerente às línguas humanas e que é detectável em todos os níveis de análise linguística, sempre foi timidamente tratada (quando o foi) pela semântica e pragmática formais, embora a semântica de cunho estruturalista tenha se iniciado com reflexões sobre a mudança semântica, como exemplifica o trabalho de Michel Bréal (cf. Seide, 2006). A razão para as poucas incursões das análises formais no terreno da mudança – ou, pelo menos, uma das principais – pode ser encontrada no fato de que esse tipo de pensamento sobre o significado linguístico pressupõe um sistema linguístico estável e analisa as estruturas desse sistema; não podemos deixar de lado também o fato de que os estudos em semântica formal das línguas naturais são muito recentes, tendo início na metade da década de 70 com as pesquisas de Barbara Partee (cf. Borges Neto *et al.* (2012) para uma história da semântica formal). Boa parte da linguística histórica, por outro lado, procura as instabilidades do sistema linguístico ao comparar estágios diferentes de um (mesmo) sistema ao longo do tempo.

Diante desse quadro, poderíamos imaginar que as abordagens formais podem, no máximo, analisar diferentes diacronias, comparando sistemas estáveis num dado período do tempo, mas sem ter ferramentas para olhar a mudança, ou seja, o momento (ou momentos) em que uma dada estrutura tem sua interpretação alterada.

De fato, os estudos sociolinguísticos, já há décadas, mostraram que a mudança linguística é contínua e generalizada e que, portanto, a ideia de que haja um estágio único e específico t_0 em que uma dada estrutura e/ou interpretação não exista e um estágio t_1 posterior em que vemos tal mudança de modo acabado e consolidado simplesmente não se sustenta. O que temos são estruturas diferentes convivendo num mesmo período de tempo e, a depender de fatores ainda a serem compreendidos, uma ou outra forma se estabelece. Com a sofisticação dos estudos semânticos e pragmáticos de vertentes formais, a convivência de estruturas superficialmente semelhantes, mas que têm um significado diferente, e a passagem de uma interpretação a outra são fatos que merecem explicação.

Portanto, nos interessa aqui tentar vislumbrar e entender qual é o mecanismo que permite, ainda que de forma contínua e repetitiva, que novas estruturas e/ou interpretações emergjam. E, para tanto, nosso

objetivo é capturar essas novas interpretações através das ferramentas da semântica e da pragmática formais, cujos postulados permitem articular proficuamente e de modo explícito, por meio de uma metalinguagem elaborada e arregimentada, quais são as nuances de significado já em jogo e quais são aquelas que emergiram.

Porém, como colocado acima, a união das perspectivas formais e históricas não é simples: afinal, como conciliar essas abordagens dado que elas prezam, aparentemente, por características opostas do sistema linguístico? Ou seja, ao passo que a semântica requer ou pressupõe uma certa estabilidade no/do sistema linguística, a linguística histórica preza muito mais pela instabilidade desse sistema. Como notamos, a chave para solucionar esse aparente dilema pode ser o fato de que no sistema estável coexistem estruturas que remetem a diferentes gramáticas que convivem sincronicamente.

Neste texto, nosso objetivo é apresentar uma teoria que tenta justamente transpor as barreiras entre essas visões e propor explicações formais para as mudanças detectadas na língua. Tal teoria pode ser encontrada nos trabalhos de Eckardt (2006; 2009) e também nas ideias de autores que lidaram com gramaticalização, principalmente em Traugott e Dasher (2002). Uma vez que possamos entender as mudanças que de fato ocorreram, é possível também fazer previsões sobre os caminhos e os mecanismos de mudanças futuras. Sendo assim, não apenas apresentaremos uma certa teoria aqui, mas faremos também um exercício de análise, usando dados da história recente do português brasileiro (PB).

O presente texto se organiza do seguinte modo: na seção 1, veremos as noções de composicionalidade e reanálise estrutural, por meio das quais se articula a teoria de mudança que defendemos; na seção 2, apresentaremos o componente pragmático dessa proposta e assim teremos uma visão global de seu funcionamento. Na seção 3, analisaremos exemplos do português e na seção 4 sugeriremos outras estruturas que podem, talvez, ser explicadas pelos mecanismos aqui apresentados. Na conclusão, retomaremos o percurso feito e discutiremos a questão da gradualidade da mudança e como a teoria defendida aqui pode lidar com ela.

1. Composicionalidade e reanálise estrutural: as peças principais

Uma das ideias mais importantes da semântica formal é a noção de composicionalidade, e uma de suas formulações mais famosas é:

(A) O significado do todo depende de modo previsível do significado das partes e do modo pelo qual elas estão combinadas.

Há uma interessante discussão filosófica e histórica sobre a origem e a exata formulação desse princípio, mas podemos dizer que suas raízes modernas e a inspiração para seu uso atual são encontradas nos trabalhos do filósofo, lógico e matemático alemão Gottlob Frege (1848-1925).

No âmbito da semântica formal das línguas naturais, esse princípio resume uma série de teses, algumas mais outras menos óbvias. O “todo” a que se refere a formulação em (A) é qualquer expressão linguística não primitiva, como uma sentença, um predicado ou mesmo uma palavra formada por mais de um morfema (como ‘com-eu’, em que temos ‘com-’ como informação lexical e ‘-eu’ como informação gramatical). As “partes” são então aquilo que pode ser colocado junto de modo a formar um todo gramatical; e “o modo pelo qual elas estão combinadas”, *grosso modo*, remete à sintaxe e à morfossintaxe de uma dada língua. Por exemplo, os itens ‘João’, ‘ama’ e ‘Maria’ podem ser colocados juntos para formar um todo de duas maneiras diferentes em português: ‘João ama Maria’ e ‘Maria ama João’ (outras combinações, como ‘ama Maria João’, não formam um todo em português), e cada uma dessas combinações tem uma interpretação diferente, afinal, o significado do todo depende não apenas das partes mas também da maneira pela qual estão combinadas. Essa pequena exemplificação ilustra de que maneira a composicionalidade serve para parear a semântica e a sintaxe, de modo que é esperado, em princípio, que alterações sintáticas tenham consequências semânticas e *vice-versa*¹.

Por trás do princípio da composicionalidade encontramos também a ideia de que há unidades mínimas e regras de composição/combinção entre essas unidades que podem levar a partes maiores, estruturadas de acordo com (i) as unidades e (ii) as regras de combinação usadas. Podemos ver, então, que o princípio da composicionalidade também dá base para

¹ Para alguns dos pontos interessantes atualmente ainda debatidos sobre a composicionalidade e um pouco de sua história, ver Szabó (2012).

a ideia de recursividade nas línguas naturais: basta que no conjunto de regras de combinação haja uma regra que tenha como resultado algo que possa usado como uma parte. Além disso, se soubermos, por exemplo, qual é o todo e qual é o valor das partes, mas não soubermos o valor de apenas uma parte, podemos “calculá-la” – essa característica dá um poder enorme heurístico ao princípio em (A), claramente ilustrado com exemplos matemáticos.

Para vislumbrar essa capacidade do princípio em (A), consideremos que os elementos matemáticos mínimos a serem combinados são os algarismos de 0 a 9, as quatro operações básicas da aritmética (‘+’, ‘/’, ‘-’ e ‘x’) e o sinal de igual (‘=’); juntando a isso as regras da notação aritmética, sabemos que (1) e (2) são “todos” bem-formados, mas não (3)²:

$$(1) 2 + 5 = 7$$

$$(2) 3 \times 4 = 12$$

$$(3) =1+4- /$$

O ponto interessante é que essas regras nos permitem “calcular” o que falta em expressões nas quais há lacunas, como nas equações, em que as lacunas são marcadas com variáveis, como x e y; considere o exemplo abaixo:

$$(4) 4 + x = 10$$

Sabendo o que significa ‘4’, ‘+’, ‘=’, ‘10’, que ‘x’ “guarda o lugar” de algo que não está lá e que queremos descobrir, e as regras da aritmética, podemos calcular que o único termo que pode ocupar o lugar de ‘y’ é ‘6’ (ou ainda composições que, respeitando as regras da aritmética, resultam em ‘6’, como ‘3+3’, ‘5+1’, ‘10 – 4’, etc.).

Do mesmo modo, dispondo das unidades básicas da língua e de suas regras de combinação (sua sintaxe), podemos “calcular” as peças que faltam numa dada construção linguística, quando for o caso. Por ora, isso pode parecer um pouco abstrato demais, mas essas noções serão usadas e exemplificadas na seção 3, quando analisarmos exemplos concretos de (possíveis) mudanças semânticas.

² Essa caracterização da composicionalidade através da matemática ilustra mais sua parte sintática do que a semântica; contudo, é importante ter em mente o “lado semântico” desse princípio, que será trabalhado nas próximas seções.

Passando agora à reanálise estrutural, podemos dizer, de modo rápido e simples, que ela é o processo pelo qual um determinado item linguístico muda sua estrutura e interpretação sem mudar, em princípio, sua forma superficial. A reanálise estrutural é, portanto, uma mudança sintática e semântica ao mesmo tempo, e quando há reanálise desse tipo, há mudança semântica³.

Nos estudos em gramaticalização, ao lado da reanálise, vários outros mecanismos que aturam sobre o significado foram identificados e descritos, como a metáfora, a metonímia e o “*bleaching*” (ou apagamento/enfraquecimento) semântico. Antes da teoria da gramaticalização, os estudos históricos falavam em reanálise para se referir principalmente a fenômenos de reinterpretação da estrutura morfo-fonológica de palavras, como o famoso exemplo da palavra inglesa *adder* (“víbora”) que era, em sua origem mais recente, *nadder*; com os artigos indefinidos do inglês, havia então a sequência *a nadder*, que foi reanalisada como *an adder* (“uma víbora”). O mesmo se deu com a palavra *nickname*, que era *eke-name* (“outro nome”), formando junto com o artigo indefinido a sequência *an eke-name* que foi reanalisada como *a nickname* (“um apelido”). Em português, um exemplo recente é o que ocorreu com a palavra ‘turquês’ – essa palavra é do gênero feminino, e com o artigo indefinido resulta em ‘uma turquês’; ela foi reinterpretada no meio rural e em alguns outros dialetos como ‘atruquês’, mudando inclusive para o gênero masculino, de modo que atualmente podemos ouvir a forma ‘um atruquês’.

Seja como for, a reanálise que nos interessa aqui, diferentemente dos exemplos morfo-fonológicos vistos logo acima, é aquela que, como descrevemos brevemente, faz com que um dado item seja interpretado com outra estrutura, diferente da usual, ainda que tenha a mesma forma superficial. Em termos abstratos, a ideia é que um dado item α tenha uma certa forma X e uma interpretação estabelecida na língua, que podemos indicar usando a expressão $[[\alpha]]$; a reanálise estrutural acontece quando esse item α , que ainda tem a forma X, passa a ter a interpretação $[[\alpha']]$. É certo que um fenômeno como esse não pode acontecer com todos os itens de uma dada língua ao mesmo tempo, sob o risco de transformar a comunicação

³ A reanálise pode vir a ser a norma, e ocorrer gramaticalização, ou não. Na conclusão discutiremos essas situações e possibilidades.

e a compreensão em um milagre. Porém, se é certo que a reanálise não é algo que aconteça com todos os itens de uma língua, é certo também que ela acontece, e é por isso que novos paradigmas e perífrases verbais, por exemplo, são criadas. Na seção seguinte, veremos o mecanismo que está por trás da mudança de $[[\alpha]]$ para $[[\alpha']]$, por ora, vamos analisar o que a composicionalidade tem a ver com a reanálise estrutural.

Para que reconheçamos que um dado item α tenha sua interpretação alterada, é preciso que esse item apareça em algum contexto em que $[[\alpha]]$ não funcione ou gere uma interpretação desviante (demais) e a única saída é reinterpretar α como $[[\alpha']]$. Isso se dá, segundo a teoria aqui defendida, no contexto sentencial, ou seja, o falante deve interpretar uma certa sequência em sua língua e considerar que ela seja uma sentença, porém, há, nessa sequência, um item cuja forma e interpretação não encaixam na sentença. Vejamos uma tal situação através do esquema abaixo (S está por sentença e as demais letras por itens quaisquer⁴):

$$S = A B C D \alpha E F G$$

$$[[S]] = [[A B C D \alpha E F G]]$$

A ideia é que um falante produza a sentença S, que contém o item α , cuja interpretação (antiga/ordinária) $[[\alpha]]$, não esteja disponível, ou torne a sentença S incompreensível ou anômala quando interpretada como $[[S]]$. O ouvinte sabe que S é uma sentença, porém, para tanto, o item α não pode ser interpretado como $[[\alpha]]$, mas sim como $[[\alpha']]$, resultando em:

$$S = A B C D \alpha E F G$$

$$[[S']] = [[A B C D \alpha' E F G]]$$

É importante notar que o que muda não é a forma, mas sim a interpretação de α . Como muda a interpretação de um item, muda também a interpretação da sentença, e assim teremos $[[S']]$ e não $[[S]]$ (mais uma vez, a forma superficial não muda, por isso temos S nos dois casos). Mas como saber que devemos interpretar α como $[[\alpha']]$? A resposta está na composicionalidade.

Para entendermos os casos de reinterpretação, mas sem ainda lançar

⁴ De fato, α pode estar por um item lexical ou gramatical, e os exemplos considerados mais interessantes são aqueles nas quais vemos a passagem de um item lexical a gramatical (i.e., uma gramaticalização).

de composicionalidade e reanálise, vamos tomar um caso limite como exemplo, levando em conta palavras lexicais. Considere a sentença abaixo, inspirada nas ideias de Donald Davidson sobre malapropismos:

(5) Eu estou com artrite na minha coxa.

Um falante com algum conhecimento sobre medicina sabe que há algo de errado nessa sentença, porque ‘artrite’ é uma inflamação dos tecidos das articulações e na coxa não temos articulações. A saída é imaginar que ‘artrite’ não tem esse significado para quem disse (5) e tentar então adivinhar o que o falante quer dizer – talvez ele queira dizer dor na coxa, ou talvez uma inflamação nos músculos da coxa, por exemplo. O que ouvinte faz então é considerar que (5) é uma sentença, mas, para tanto, precisa reinterpretar o item problemático, no caso, ‘artrite’. O exemplo é bastante emblemático, mas, como dissemos, não há nele nenhuma reanálise estrutural, pois ‘artrite’ ainda é tratado como um substantivo simples, e é apenas seu significado que muda, não sua estrutura. Apesar disso, ele ilustra o mecanismo básico: o ouvinte tem que interpretar diferentemente do usual as palavras do falante para que a sentença recebida faça sentido.

Generalizando, podemos imaginar S como se fosse uma equação – de fato, num certo sentido, segundo a teoria proposta, trata-se de um tipo de equação –, e o que precisamos saber é quais são as peças em jogo e quais são os seus encaixes para podermos dizer que S é uma sentença; fundamentalmente, ela tem que ser o resultado da combinação das peças. Se, no exemplo do item com uso desviante, considerarmos as peças com suas interpretações usuais, chegaremos em $[[S]]$, o que não pode ser; garantindo que estamos diante de uma sentença em S, a única maneira de lidar com tal situação é interpretar S como $[[S']]$, e, para tanto, um ou mais itens devem ter sua interpretação alterada – em nosso, exemplo consideramos α como o item que terá uma interpretação alterada.

Temos então dois ingredientes necessários para explicarmos a mudança semântica: a reanálise estrutural, que é mudança da/na interpretação de um item sem alteração (imediate) em sua forma, e a composicionalidade, que garante aos falantes um espaço de manobra para interpretar diferentemente um dado item, garantindo que o resultado final da sequência de itens (i.e. palavras) disponíveis será uma sentença.

Como dissemos, os falantes não interpretam livremente os itens da língua; sendo assim, o que levaria um falante a buscar uma interpretação alternativa para um dado item, via reanálise estrutural? Tentaremos responder a essa questão na próxima seção.

2. Sobrecarga pragmática: a mudança mostra sua cara

O postulado mais importante da pragmática griceana e neo-griceana é o famoso Princípio da Cooperação:

Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado. Pode-se denominar este princípio de PRINCÍPIO DE COOPERAÇÃO. (Grice, 1982 [1975]; 86)

Partindo da ideia de que os falantes engajados numa conversação obedecem, ainda que inconscientemente, a tal princípio, podemos aplicar os raciocínios e inferências que embasam as implicaturas conversacionais. Porém, há muito mais por trás desse princípio, e ideias semelhantes a essas podem ser encontradas nos trabalhos de diversos filósofos. Para nós, interessa aqui notar que esse princípio garante também que os agentes que participam de uma conversação são agentes racionais e que cooperam uns com os outros durante uma conversação. Isso significa que a ideia de que podemos livremente abandonar esse princípio ou deixar de agir racionalmente é problemática. De fato, alguns filósofos argumentam inclusive a favor da ideia de que não existe algo como um “comportamento irracional” (cf. Davidson, 1982); do mesmo modo, identificar situações em que participantes de uma conversa abandonam o princípio da cooperação não é muito simples, e os exemplos mais comuns são aqueles no qual um réu, num tribunal, não responde as perguntas feitas a ele (ou seja, se recusa a participar da conversação), ou quando, ao conversarmos com uma criança, ela simplesmente repete tudo aquilo que dissemos, o que é também uma forma de não haver conversação⁵.

⁵ Uma outra situação possível de abandono das máximas griceanas talvez sejam as charadas, em que o falante não fornece uma informação ao ouvinte; preferimos, contudo, ver

Em resumo, e simplificando um pouco as coisas, não há interação verbal sem a observação do Princípio da Cooperação. Esse fato entra em franco conflito com a mudança semântica descrita acima: por que um falante que obedece ao princípio da cooperação usaria uma sentença S que tem uma interpretação desviante? Ao fazer isso, ele força o seu ouvinte a ter que interpretar S não como $[[S]]$, mas sim como $[[S']]$, e isso certamente é mais trabalhoso/custoso do que simplesmente interpretar a sentença S a partir do significado convencional dos itens que a compõem. Por que um falante usaria um item com uma interpretação desviante, dado que isso (i) em princípio fere os postulados griceanos e (ii) força o ouvinte a reinterpretar o que ouviu?

Não há uma resposta simples para a questão sobre as razões pelas quais um falante usa uma sentença com uma interpretação desviante com relação ao usual, mas muitos pesquisadores sugerem que isso dá porque o falante quer ser mais expressivo e veicular uma informação diferente, e, em algum sentido, mais forte em comparação ao usual. Neste texto, não tentaremos resolver esse problema, mas apenas explicar como o ouvinte que deve resolver S pode agir⁶.

Diante de uma sentença S que tem uma interpretação $[[S']]$ desviante da usual $[[S]]$, o ouvinte tem três opções:

- (a) considerar o falante como não cooperativo;
- (b) reajustar suas suposições sobre o contexto;
- (c) reanalisar o item α , de modo que ele tenha superficialmente a

esses casos mais como uma brincadeira ou jogo metalinguístico com regras próprias.

6 O que chamamos de expressividade aqui é exatamente aquilo que os linguistas identificaram, por exemplo, na origem da atual negação no francês, composta pelos itens descontínuos 'ne... pas'. Em princípio, o item 'ne' já era uma negação, mas era percebida como algo fraco; para reforçá-la (ou seja, para aumentar sua expressividade) os falantes combinavam com esse item palavras como 'pas' ("passo") e 'point' ("ponto"), de modo a gerar construções como 'ne... pas' ou 'ne... point' ("nem... um passo"; "nem... um ponto"), que eram então uma negação mais forte. Com o passar do tempo, a negação forte perdeu sua distintividade e passou a ser nada mais do que a negação simples, de modo que não se pode negar em francês sem usar o item 'pas'. O motor do processo foi reforçar a negação, o que chamamos aqui de expressividade; esse reforço passou a ser encarado por gerações posteriores como a maneira usual de negar e transformou-se num item gramatical obrigatório. Para mais detalhes sobre esse e outros processos, ver Hopper e Traugott (2003); Traugott e Dasher (2002); Eckardt (2006); Deutscher (2005); notamos ainda que, neste caso, o que vemos é o surgimento de um item funcional.

mesma forma, porém uma estrutura e interpretação diferentes de $[\alpha]$

Se o ouvinte optar por (a), sua estratégia será pedir uma reformulação do que ouviu, através de formas como ‘o que você disse?’, ou ‘não entendi; pode repetir?’, ou qualquer elaboração como essa. Tal manobra significa que o ouvinte não adota a interpretação desviante $[[S']]$, procurando em algum problema na fala que recebeu a causa da estranheza da sentença, para, através de outra formulação vinda do falante, garantir uma interpretação não desviante. Vale ressaltar, novamente, que essa alternativa não é em geral a escolhida, pelo simples fato de contarmos com a cooperação do falante (excetuam-se aqui, obviamente, casos em que há ruído, barulho, articulação de sons longe do ideal, etc., que, de fato, atrapalham a veiculação do conteúdo linguístico). Seja como for, caso essa alternativa seja a escolhida, o ouvinte não reanalisa o item α e não há portanto mudança semântica.

A decisão interessante está entre (b) e (c) porque, nesses dois casos, o ouvinte concebe a fala que recebeu como tal e tenta ou restaurar o significado usual ((b)) ou chegar a um novo significado ((c)), mas sem duvidar do que recebeu do ouvinte (i.e., sem pedir reformulações).

A opção padrão talvez seja (b), entre outras coisas porque lançamos mão comumente de elipses e estruturas apagadas na comunicação, contando que, como ouvintes, recuperamos informações do contexto, por exemplo, via inferências, sejam elas pragmáticas ou não. O que é recuperado pode estar presente fisicamente no contexto, pode ser saliente do ponto de vista informacional, ou pode ter que ser reconstruído sintática e semanticamente (como no caso das chamadas “anáforas profundas”). Contudo, não seria equivocado dizer que há diferentes graus de “dificuldade” na recuperação de informações, ela pode se dar de forma estrutural, como, por exemplo, em anáforas sintaticamente estabelecidas (como alguns casos de uso do pronome ‘se’), ou através de uma dependência contextual muito forte (como é o caso de diversos usos de ‘isso’ – imagine que um professor, ao fim da aula, diga ‘tendo dito isso, vamos para o intervalo’). A ideia é que as informações a serem recuperadas podem ser fácil ou dificilmente recuperadas, e a dificuldade em recuperá-las guia o ouvinte na escolha entre (b) e (c).

Segundo a teoria que advogamos, quando a recuperação de

informação é muito custosa, o ouvinte pode optar por (c), ou seja, tomar um item presente na sentença e atribuir a ele uma outra estrutura sintática e uma outra interpretação semântica – é nesse caso que temos uma mudança semântica. Sendo assim, o que guia a reanálise estrutural é o que podemos chamar de “sobrecarga pragmática” – se a tarefa a ser desempenhada pelo ouvinte para recuperar uma informação é trabalhosa demais⁷, ele pode optar por – considerando seu falante cooperativo – atribuir uma outra estrutura para um dado item linguístico empregado pelo falante e chegar assim, via composicionalidade, a uma interpretação ou significado plausível para S, qual seja, [[S']].

Feito este exercício abstrato, no qual apresentamos o esqueleto de uma teoria sobre mudança semântica, vamos ver, na próxima seção, dois exemplos da teoria em funcionamento. Não analisaremos mudanças já completas, mas casos em que há (possivelmente) uma mudança em andamento, que podem, não obstante, ser entendidos através do que expomos até aqui.

3. Um exemplo

No caderno “Folha Corrida”, do jornal “Folha de São Paulo”, na edição de 12 de julho de 2012, encontramos a seguinte manchete:

QUASE SEM ROUPA

(6) Lady Gaga causou mais uma vez ao ir a restaurante em Beverly Hills com os mamilos à mostra.

Dado que a sentença (6) foi publicada num dos jornais de maior circulação no Brasil, podemos considerar que se trata de uma variedade de português aceitável em boa parte do território nacional, e, portanto, a sentença (6) deve ser aceitável. Para evitar complicações desnecessárias na

⁷ Certamente é necessário descrever com mais cuidado o que vem a ser essa sobrecarga pragmática. Como este texto é apenas um ensaio com o objetivo de apresentar os contornos de uma teoria formal sobre mudança semântica e exemplificá-la com dados do português recente, basta somente o entendimento intuitivo de tal processo, ou seja, o fato de que o ajuste do conhecimento de mundo e de informações do contexto pode ser complexo demais diante da opção de reinterpretar (i.e. reanalisar estruturalmente) um dado item e assim garantir a composição da sentença em análise. Futuras pesquisas devem, contudo, especificar e detalhar esse processo.

análise a seguir, vamos eliminar alguns dos adjuntos presentes em (6) e adaptá-la como a sentença em (7):

(7) Lady Gaga causou num restaurante.

O que chama a atenção em (7) (ou em (6)) é o uso do verbo ‘causar’. Normalmente, esse verbo tem dois argumentos, de modo que o primeiro causa o segundo, como em:

(8) João₁ causou o incêndio₂.

(9) Pedro₁ causou o acidente₂.

A interpretação usual de causar é $\llbracket \text{causar} \rrbracket = \lambda y. \lambda x [x \text{ causa } y]$, e tal interpretação dá conta dos casos em (8) e (9). Porém, será que essa mesma interpretação dá conta de (7)?

Aparentemente, não há um argumento, que ocupe o lugar de objeto, presente em (7) (e nem em (6)). Portanto, aplicando o que vimos na seção 1, podemos fazer as seguintes substituições (considerando apenas a contribuição do verbo ‘causar’; o símbolo “...” representa os demais componentes da sentença):

$S = (7)$

$\alpha = \text{‘causar’}$

$S = \dots \alpha \dots =$

$(7) = \dots \text{causar} \dots$

$\llbracket S \rrbracket = \llbracket \dots \alpha \dots \rrbracket =$

$\llbracket 2 \rrbracket = \llbracket \dots \text{causar} \dots \rrbracket$

Dado que ‘causar’ não parecer ter a interpretação vista em $\llbracket \text{causar} \rrbracket$, pois falta um argumento para ele, podemos, em princípio, postular que em (7) a interpretação de ‘causar’ é outra, ou seja, $\llbracket \text{causar}' \rrbracket$, que levará a uma interpretação da sentença (7) diferente de $\llbracket 7 \rrbracket$, que indicaremos como $\llbracket 7' \rrbracket$.

$\llbracket 7' \rrbracket = \llbracket \dots \text{causar}' \dots \rrbracket$

Sendo $\llbracket 7' \rrbracket$ desviante em relação ao usual, que seria $\llbracket 7 \rrbracket$, o ouvinte (no caso, o leitor) deve lançar mão de uma das três opções que vimos na seção 7:

- (a) considerar o falante como não cooperativo
- (b) reajustar suas suposições sobre o contexto
- (c) reanalisar o item α , de modo que ele tenha superficialmente a mesma forma, porém uma estrutura e interpretação diferentes de $\llbracket\alpha\rrbracket$

No caso em análise, a opção (a) é claramente desfavorecida, afinal, trata-se de uma manchete de jornal, e não esperamos que sentenças com essa função devam ser reformuladas pelo falante; o que temos nesse caso é apenas o que aparece escrito, e assim, restam as opções (b) e (c).

Se optar por (b), o ouvinte deve acomodar informações contextuais, pressuposições pragmáticas e o conhecimento de mundo: segundo essa manobra, seria possível, por exemplo, “resgatar” o significado original de ‘causar’ e procurar o seu segundo argumento, de modo que esse verbo seja interpretado como $\llbracket\text{causar}\rrbracket$. Em outras palavras, esta opção se baseia na ideia de que há um argumento encoberto de ‘causar’, que pode ser recuperado contextualmente, gerando algo como: causar *sensação*, causar *rebuliço*, causar *furor*, causar *confusão*, etc.

Essa é de fato uma opção plausível, porém, há alguns argumentos que a desencorajam. A ocorrência de diversos outros exemplos, com estruturas diferenciadas, como os a seguir, é um deles:

- (10) João tá causando.
- (11) João vai causar com essa roupa.
- (12) João causou porque chegou com a namorada nova.

Supondo que mesmo diante da diversidade de exemplos (‘causou’, ‘vai causar’, ‘tá causando’), haja um objeto a ser recuperado, qual seria ele? Furor, confusão, agitação, reboliço? Todos eles? A decisão sobre (i) a recuperação de um objeto e sobre (ii) qual seria ele é pragmaticamente custosa – como recuperar um objeto quando não parece haver nada específico no contexto que possa servir para tanto?

Mais do que isso, o objeto a ser recuperado não pode ser qualquer um. O verbo ‘causar’, interpretado como $\llbracket\text{causar}\rrbracket$, pode relacionar um causador a algo positivo ou negativo:

- (13) Os terroristas causaram uma tragédia em Boston.
- (14) O apelo das mães causou comoção entre as pessoas.

- (15) As chuvas estão causando aumento na produtividade agrícola.
 (16) Hitler causou um colapso na Europa.

Contudo, vejamos o que acontece ao termos as mesmas sentenças sem um objeto explícito:

- (13a) Os terroristas causaram ~~uma tragédia~~ em Boston.
 (14a) O apelo das mães causou ~~comunicação~~ entre as pessoas.
 (15a) As chuvas estão causando ~~aumento~~ na produtividade agrícola.
 (16a) Hitler causou ~~um colapso~~ na Europa.

As sentenças em (13a)-(16a) são, no mínimo, estranhas, e apesar de (13a) e (16a) terem claramente um contexto acessível e se referirem a conhecimentos compartilhados, não parece plausível considerar que haja um argumento – como ‘tragédia’, ‘guerra’, ‘mortes’, etc. – sendo recuperado em sua interpretação. Ora, se a interpretação de ‘causar’ sem os argumentos explícitos fosse sempre um caso de recuperação de argumentos, por que isso parece não acontecer com (13a) nem (16a)? Note ainda que não temos problema em interpretar (10)-(12), que não têm nenhum contexto saliente. O que o contraste visto aqui mostra é que o argumento a ser recuperado para ‘causar’ não parece ser simplesmente qualquer argumento, mas que há alguma especialização nesse verbo nos exemplos (7) e (10)-(12).

Diante desses dois argumentos (i.e., saber qual é o objeto a ser recuperado e a ideia de que ele é sempre positivo), uma saída seria considerar a opção (c), e, em vez de recuperar um argumento para ‘causar’, considerar sua estrutura como sendo a seguinte:

$$\llbracket \text{causar}' \rrbracket = \lambda x [x \text{ causa}']$$

$\llbracket \text{causar}' \rrbracket = \lambda x [x \text{ causa}']$ não significa ‘causar’ com um argumento a menos, mas recebe outra interpretação, conforme exploraremos mais abaixo. E é justamente por ter uma interpretação diferente de $\llbracket \text{causar} \rrbracket$, que tem dois argumentos, que a estratégia da recuperação do argumento não funciona.

É importante revermos essa manobra também do ponto de vista da composicionalidade. Em (7), claramente temos uma sentença, que é composta por um predicado e seus argumentos. O predicado deve ser

‘causar’, e dado que ‘num restaurante’ é um adjunto, o único argumento que há é ‘Lady Gaga’; portanto, para termos uma sentença, ‘causar’ deve ser interpretado como um predicado de um argumento, exatamente como: $\llbracket \text{causar} \rrbracket = \lambda x [x \text{ causa}]$.

Considerando que houve uma mudança em sua estrutura sintática, haverá uma mudança em sua interpretação, que agora passa a ser não uma causa que envolve um agente causador e um certo efeito, mas sim algo um pouco mais difuso, que tem a ver, principalmente, com chamar a atenção, ser o destaque de algo – pelo menos como sugestão inicial. Essa nova interpretação parece estar ligada a algo positivo e por isso é diferente de $\llbracket \text{causar} \rrbracket = \lambda y. \lambda x [x \text{ causa } y]$, que é neutro em relação ao efeito ser algo positivo ou negativo; isso explicaria o contraste entre os exemplos (7) e (10)-(12), de um lado, e (13a)-(16a), de outro.

Por fim, segundo a teoria que estamos apresentando e defendendo aqui, a passagem de $\llbracket \text{causar} \rrbracket = \lambda y. \lambda x [x \text{ causa } y]$ para $\llbracket \text{causar} \rrbracket = \lambda x [x \text{ causa}]$, do ponto de vista tanto da estrutura quanto da interpretação, é consequência da sobrecarga pragmática de recuperar um objeto para ‘causar’ – qual ele seria? qual estratégia usar para tanto?; considerando o falante cooperativo e o princípio da composicionalidade, só teremos uma sentença interpretando ‘causar’ como $\llbracket \text{causar} \rrbracket = \lambda x [x \text{ causa}]$, e aqui temos uma instância de mudança semântica.

Os cuidados e ressalvas que tomamos ao descrever as perambulações do verbo ‘causar’ tem a ver com o fato de essa mudança não estar totalmente consolidada: consideramos que se trata de uma mudança em andamento, e pode bem ser o caso que ele seja abandonada. Mas, seja como for, temos condições de explicar suas dinâmicas.

Vejamos agora um outro exemplo; considere as sentenças abaixo:

(17) João tá se achando.

(18) Maria se acha muito.

(19) Amanhã, quando sair com o carro novo, João vai estar se achando.

Do mesmo modo que ‘causar’, o verbo ‘achar-se’ aparece em estruturas na qual falta, aparentemente, um de seus argumentos⁸. E, do

⁸ É importante notar que o argumento a ser recuperado para o verbo ‘achar-se’ é uma *small clause*; isso, contudo, não afeta nossa argumentação.

mesmo modo, seria o caso de recuperar um argumento para ele? Se sim, qual? Mais uma vez, o ouvinte encontra-se na situação de escolher se o falante está contando com um argumento a ser contextualmente recuperado ou se usa um dado item com um sentido diferente do usual (além, é claro, da opção (a), que é pedir uma reformulação ao falante; não consideraremos essa opção aqui, pois ela significa lidar com outra sentença).

Em princípio, ‘achar-se’ pode se combinar com avaliações positivas ou negativas, como ilustram os exemplos abaixo:

(20) O João se acha bonito demais.

(21) O João se acha feio demais.

E qualquer uma dessas sentenças pode receber as seguintes continuações:

(20) O João se acha bonito demais.

, e ele de fato é / , e ele é mesmo.

, mas ele não é tudo isso / , mas ele não tá com essa bola toda.

(21) O João se acha feio demais.

, e ele de fato é / , e ele é mesmo.

, mas ele não é tudo isso⁹.

Se a estratégia a ser adotada pelo ouvinte é a de recuperar um argumento para ‘achar-se’, ele deve considerá-lo como o mesmo verbo presente em (20) e (21), e portanto aceitar, em princípio, as mesmas continuações que essas sentenças permitem. Porém, as continuações abaixo mostram que esse não é o caso:

(17) João tá se achando.

?? , e ele de fato é / , e ele é mesmo.

, mas ele não é tudo isso / , mas ele não tá com essa bola toda.

(18) Maria se acha muito.

?? , e ela de fato é / , e ela é mesmo.

, mas ela não é tudo isso / , mas ela não tá com essa bola toda.

(19) Amanhã, quando sair com o carro novo, João vai estar se achando.

⁹ A continuação ‘mas ele não tá com essa bola toda’ não cabe aqui porque ela nega uma avaliação positiva.

?? , e ele de fato é / , e ele é mesmo.

, mas ele não é tudo isso / , mas ele não tá com essa bola toda.

Para (17)-(19), a interpretação associada ao verbo ‘achar-se’ tem algo de pejorativo ou negativo, e por isso a sequência que vai de encontro à afirmação feita (‘, e ele de fato é / , e ele é mesmo’, ou variações) não é feliz: o falante de (17)-(19) afirma algo que julga ser ruim e depois nega isso. Note que isso não é o caso com o ‘achar-se’ de (20)-(21), que tem uma interpretação, por assim dizer, neutra e por isso permite as duas continuações sugeridas.

Esses contrastes mostram que, assim como no caso de ‘causar’, o uso de ‘achar-se’ sem um argumento explícito parece ter uma interpretação mais específica, e, se esse for o caso, estamos mais uma vez diante de um exemplo de mudança semântica. Novamente, o que guiará tal mudança (i.e., a escolha pela opção (c) vista acima) é a sobrecarga pragmática envolvida na recuperação de um possível argumento. Ao optar por não fazer isso, através da composicionalidade, a única maneira de haver uma sentença é atribuir outra interpretação ao item ‘achar-se’, o que explicaria o contraste entre as continuações possíveis para (20)-(21) *vs.* (17)-(19). Em ambos os casos, partimos de um verbo com um significado mais amplo (i.e., neutro) para uma interpretação mais específica – positiva no caso de ‘causar’ e negativa/pejorativa para o caso de ‘achar-se’. Nem precisamos dizer: as análises apresentadas acima são preliminares e precisam ser elaboradas mais profundamente.

A análise do que houve com ‘causar’ e com o verbo ‘achar-se’ nos exemplos acima serve para ilustrar o uso expressivo que o falante faz de um verbo bem estabelecido na língua: ao usar ‘causar’ de outro modo, o falante dá a entender ao ouvinte que o único argumento desse verbo é algo que merece destaque, que chama a atenção. Para chegar a tanto, o ouvinte lança mão de princípios pragmáticos para considerar que a sentença que ele recebeu, ainda que aparentemente anômala, é uma sentença bem-formada. Através do princípio da composicionalidade, o ouvinte “resgata” a sentença dessa anomalia reanalizando estruturalmente um dos itens presentes nela: a ideia é que, para que a “conta feche” e haja uma sentença, um dado item tem que ser interpretado diferentemente (ainda que na superfície tenha

a mesma forma), e é aqui que entra a reanálise. Ainda pelo princípio da composicionalidade, a mudança na estrutura de um item causará uma mudança na sua interpretação. Se tal mudança vai ou não se fixar na língua é uma questão que veremos mais adiante. Vale ainda que o mesmo se dá, *mutatis mutandis*, para o verbo ‘achar-se’.

Na próxima seção, traremos alguns exemplos de estruturas que poderiam ter sua gênese em mecanismos semelhantes.

4. Possíveis exemplos a serem investigados

Antes de começar efetivamente esta seção, é necessário fazermos uma importante ressalva: as considerações que faremos nesta parte são extremamente especulativas e servem apenas como ilustração das possibilidades trazidas pela teoria apresentada acima. A confirmação, elaboração ou refutação de nossas considerações dependem de uma investigação semântica e histórica ainda por ser feita.

Tomemos os seguintes exemplos que envolvem o verbo ‘ver’:

(22) Me vê dois pão (pães).

(23) Me vê 20 reais de gasolina.

(24) Vê um quilo de carne moída pra mim.

(25) O advogado vai ver os documentos para mim.

A pergunta a ser feita é: qual é a interpretação do verbo ‘ver’ nos exemplos acima? Em nenhum dos casos de (22) a (25) ela parece ser ‘enxergar’, como poderíamos supor para o verbo ‘ver’ usual, que tem dois argumentos, de modo que um é o que vê e o outro é aquilo que é visto, $[[\text{ver}]] = \lambda y.\lambda x [x \text{ vê } y]$.

Contudo, mesmo sem ainda analisar os exemplos em (22)-(25), é importante considerar as outras possibilidades do verbo ‘ver’¹⁰:

(26) João viu a Maria.

(27) João viu que ia chover.

(28) João viu se ia chover.

(29) João viu que ia reprovar de ano.

(30) Vê se dá pra fazer isso?

¹⁰ Talvez (27) e (28) possam receber uma interpretação próxima à ‘enxergar’; o que interessa aqui, contudo, é a interpretação diferente desta, algo como ‘perceber’ e ‘checar/averiguar’, respectivamente.

O exemplo (26) apresenta um ‘ver’ “bem-comportado”, com dois argumentos que são indivíduos, cuja interpretação pode ser de fato capturada por $[[\text{ver}]] = \lambda y.\lambda x [x \text{ vê } y]$. Contudo, o mesmo não se dá com os exemplos de (27) a (30); nesses casos, o verbo ‘ver’ tem uma proposição como um de seus argumentos, e não um indivíduo, introduzida por ‘que’ ou ‘se’: $[[\text{ver que/se}]] = \lambda p.\lambda x [x \text{ vê que/se } p]$.

Obviamente, os significados de ‘ver que’ e ‘ver se’ são bem diferentes; com ‘ver que’ podemos veicular algo próximo de uma percepção e/ou constatação, mas com ‘ver se’ o que veiculamos é algo próximo ao significado de ‘chegar’, ‘verificar’, ‘conferir’, ‘averiguar’. T o m e m o s novamente os exemplos (24) e (25), repetido abaixo¹¹:

(24) Vê um quilo de carne moída pra mim.

(25) O advogado vai ver os documentos para mim.

Qual é a estrutura do verbo ‘ver’ nesses exemplos? Num primeiro olhar, poderíamos dizer que há dois argumentos que são indivíduos – em (24), teríamos como argumento o antecedente (que está, obviamente, elidido) e ‘um quilo de carne’ e em (25), ‘o advogado’ e ‘os documentos’. Contudo, a interpretação de ‘ver’ em (24) e (25), apesar de esse verbo ter a mesma forma que o ‘ver’ bem-comportado de (26), certamente não é a mesma: não há alguém que vê (i.e., enxerga) e algo que é visto¹².

Qual é a interpretação de ‘ver’ nesses casos? Qual seria uma paráfrase razoável para (24) e (25)? As paráfrases interessantes parecem envolver diferentes verbos:

(24’) Venda/dê um quilo de carne moída pra mim.

(25’) O advogado vai preparar/elaborar os documentos para mim.

Os outros exemplos que envolvem o verbo ‘ver’ em estruturas semelhantes provavelmente demandaram outros verbos; não há uma única paráfrase para ‘ver’ que dê conta dos casos de (22)-(25). Não exploraremos a fundo esta questão aqui; interessa-nos chamar a atenção para dois pontos:

¹¹ Note que o beneficiário, ‘para mim’, pode aparecer também como ‘me’: (24a) Me vê um quilo de carne moída; (25a) O advogado vai me ver os documentos.

¹² Claro, é possível que o atendente (i.e. o sujeito interpelado) apenas olhe a carne e o advogado apenas olhe os documentos, mas essas interpretações certamente não são as preferenciais.

(i) o verbo ‘ver’ não muda superficialmente sua estrutura em (22)-(25), ou seja, relaciona dois indivíduos, porém não mais numa relação de enxergar; (ii) a relação expressa pelo verbo ‘ver’ em (22)-(25) não é a mesma em todos os exemplos, e não parece poder ser explicada por uma simples e única metáfora ou metonímia associada a ‘ver’.

Pode ser então que estejamos diante de mais um exemplo de mudança semântica, na qual a estrutura usual do verbo ‘ver’ $[[\text{ver}]] = \lambda y.\lambda x [x \text{ vê } y]$, que relaciona dois indivíduos, não mais os relaciona sob a relação de enxergar, mas sim sob outras possibilidades a serem ainda descrita. Se esse for o caso, o que houve é a “aproveitamento” (por falta de um termo melhor) de uma estrutura para veicular outros significados. A composicionalidade e a reanálise estrutural entram aqui para dar conta do fato de termos uma sentença com ‘ver’ mesmo quando temos dois argumentos mas não uma relação de enxergar – uma saída então é atribuir outra interpretação para esse item.

Um outro possível exemplo pode ser encontrado no verbo ‘dar’ e em seus diversos usos no PB de hoje. Com exceção do exemplo (31), as outras sentenças apresentam usos diferenciados de ‘dar’:

(31) João deu o presenta pra Maria.

(32) O deu nele?

(33) Quanto deu?

(34) Dá pra/de fazer?

(35) De Curitiba pra Florianópolis dá 3 horas/300 km.

(36) João deu uma de bobo.

(37) João deu uma cabeçada na parede/uma pensada no assunto.

Em (31), temos a seguinte interpretação para o verbo ‘dar’:

$[[\text{dar}]] = \lambda z.\lambda y.\lambda x [x \text{ dá } y \text{ para } z]$,

Contudo, em todos os outros exemplos, ‘dar’ tem interpretações e estruturas diferentes, seja com menos ou outros tipos de argumentos (cf. (32), (34) e (36)) seja com outra funcionalidade sintática (cf. (37)).

Um primeiro passo seria tentar agrupar os usos acima em categorias para tentar discernir alguma sistematicidade. Poderíamos, por exemplo, interpretar ‘dar’ como um verbo que tem algum tipo de resultado associada e

assim tentar explicar (33) e (35): em ambos os casos, fala-se de um resultado, seja da conta (i.e., uma somatória) seja de uma distância percorrida. Em princípio, seria necessário uma análise diferente para lidar com (32) e (36); ainda uma outra para lidar com (34) e provavelmente mais uma para lidar com (37).

Seja como for, a ideia seria buscar em sobrecargas pragmáticas associadas a enriquecimentos expressivos as linhas gerais que, através da composicionalidade, levariam aos diversos usos e forma de 'dar' no PB. Essa seria, em contornos gerais, a pesquisa semântico-histórica a ser empreendida. Aqui, cabe-nos apenas deixar os exemplos e sugestões.

CONCLUSÃO

Neste texto, apresentamos uma teoria sobre mudança linguística que tem por base a semântica e a pragmática formais. Como vimos, a composicionalidade e a reanálise nos permitem pensar nos problemas de mudança linguística como a solução para um problema de combinação sintático-semântica, de modo semelhante (guardadas as devidas proporções) à solução de uma equação como: $2 + x = 10$.

É o mecanismo com base na pragmática das línguas naturais que faz com que o ouvinte atribua a um dado item uma interpretação diferenciada, para que, através dela, seja possível chegar composicionalmente a uma sentença.

Mencionamos anteriormente que a mudança é gradual, e a gradualidade da mudança vem do fato de que as interpretações resultantes da reanálise devem ocorrer inúmeras vezes entre os participantes de uma conversa para ela seja percebida como algo usual e não mais como um recurso expressivo empregado em situações específicas. A difusão de um dado uso como algo padrão por toda uma comunidade de fala demanda tempo. A ideia é que estamos diante de uma estratégia inflacionária: quanto mais usado um dado termo numa interpretação inovadora, mais fraca ela se torna. Um falante lança mão de uma interpretação desviante para veicular algo mais forte e/ou mais específico; o ouvinte deve reanalisar um dado item para chegar à interpretação desejada pelo falante; esse uso novo é difundido, lenta e gradualmente, entre a comunidade de falantes, ou seja, a estratégia de reanalisar um dado item é aplicada inúmeras vezes; porém,

com o uso por todos de um item que era, em princípio, diferenciado, ele passa a ser a norma e pode vir a ser considerado como algo obrigatório (i.e. gramatical); isso acontece, provavelmente, quando uma nova geração de falantes ouve apenas o item em questão em sua nova interpretação e considera, portanto, que aquela é a interpretação usual atribuída a ele – nesse caso, o item perdeu toda a sua novidade e distintividade e passa a ser mais uma peça da gramática.

Está para além dos objetivos deste texto especular sobre quais reanálises de fato ganham um lugar na gramática e quais são abandonadas. O que podemos dizer é que a reanálise não envolve mecanismos alheios à interpretação das sentenças das línguas naturais e que a fixação de um dado item com certa interpretação é um dos principais fatores por trás das mudanças linguísticas no nível da gramática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES NETO, J. ; MÜLLER, Ana; PIRES DE OLIVEIRA, R. 2012. A Semântica Formal das Línguas Naturais: Histórias e Desafios. *RELIN-UFMG* (Revista de Estudos Linguísticos), v. 20, n. 1.

DAVIDSON, D. 1982, ‘Two Paradoxes of Irrationality’, in R. Wollheim e J. Hopkins (eds.) *Philosophical Essays on Freud*, Cambridge: Cambridge University Press, 289–305; reimpresso em DAVIDSON 2004.

DEUTSCHER, Guy. 2005. *The Unfolding of Language*. London: Arrow Books.

DIEWALD, Gabriele. 2002. A model for relevant types of contexts in grammaticalization. *New reflections on grammaticalization*, ed. by Ilse WISCHER and Gabriele DIEWALD, 103–20. Amsterdam: John Benjamins.

———. 2006. Context types in grammaticalization as constructions. 15th Sept. 2010 <<http://www.constructions-online.de/articles/specvol1/686>>.

ECKARDT, Regine. 2006. *Meaning change in grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press.

———. 2009. APO—avoid pragmatic overload. In *Current trends in diachronic*

semantics and pragmatics, ed. By Maj-Britt Mosegaard HANSEN and Jacqueline VISCONTI, 21–42. UK: Emerald.

FISCHER, Olga. 2007. *Morphosyntactic change: functional and formal perspectives*. Oxford: Oxford University Press.

GELDEREN, Elly van. 2008. Economy of merge and grammaticalization. In *Variation, selection, development*, ed. by Regine ECKARDT, Gerhard JÄGER and Tonjes VENSTRA, 179–98. Berlin: Mouton deGruyter.

Heine, BERND. 2002. On the role of context in grammaticalization. In *New reflections on grammaticalization*, ed. by Ilse WISCHER and Gabriele DIEWALD, 83–102. Amsterdam: John Benjamins.

Heine, BERND, e Tania KUTEVA. 2002. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.

HOPPER, Paul, e Elizabeth C. TRAUGOTT. 2003. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press. Second, revised edition.

ROBERTS, Ian. 2010. *Grammaticalization, the clausal hierarchy, and semantic bleaching*. In *Gradience, gradualness, and grammaticalization*, ed. by Elizabeth C. TRAUGOTT and Graeme TROUSDALE, 45–73. Amsterdam: Benjamins.

ROBERTS, Ian, e Anna ROUSSOU. 2006. The semantic development of scalar focus particles. In *The handbook of the history of English*, ed. by Ans van KEMENADE e Bettelou LOS, 335–59. London: Blackwell.

SEIDE, M. S. 2006. *A semântica de Michel Bréal: recontextualização, fortuna crítica e aplicação*. Tese de doutorado. São Paulo: USP.

TRAUGOTT, Elizabeth C., e Richard B. DASHER. 2002. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press.

SZABÓ, Zoltán Gendler. Compositionality. In *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2012 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/win2012/entries/compositionality/>>.